

1 0 6 5 8 5

MARCO ANTONIO DE BARROS

A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL



EDITORAL
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO – ROGÉRIO LAURIA TUCCI
1. A VERDADE DIMENSIONADA NO PROCESSO	13
1.1 Que é verdade?	13
1.2 A unicidade da verdade	18
1.3 A busca da verdade	20
1.4 O Direito e a verdade	22
1.5 Princípios da verdade	24
1.5.1 Princípio da verdade material	27
1.5.2 Princípio da verdade formal	30
1.5.3 A verdade material no processo civil e a verdade formal no processo penal	32
1.5.4 O enfraquecimento dos dogmas e a verdade processual ..	35
1.6 Verdade produzida sob o crivo do contraditório	38
1.7 O consenso e a verdade	43
1.8 Verdade sabida, fato notório e evidência	45
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA BUSCA DA VERDADE	50
2.1 Evolução metodológica do descobrimento da verdade	50
2.2 A instrução do processo na Grécia antiga	51
2.3 Métodos de apuração da verdade no Direito romano	52
2.4 Métodos de apuração da verdade no antigo Direito germânico ...	59
2.5 Métodos de apuração da verdade no Direito canônico	62
2.6 As raízes lusitanas de apuração da verdade	67
2.7 A nova metodologia implantada após a Revolução Francesa ..	72
2.8 A busca da verdade nos primórdios do Direito brasileiro	75
2.9 A legislação penal e processual do Império e a influência do utilitarismo	76
2.10 A fase dos Códigos de Processos Penais estaduais	81

3. A BUSCA DA VERDADE SOB A ÉGIDE DO DIREITO CONSTITUCIONAL	84
3.1 O influxo das Constituições na investigação da verdade	83
3.2 Critérios constitucionais que prevaleceram até a Carta de 1934 .	85
3.3 A Constituição de 1937 e a promulgação do Código de Processo Penal	86
3.4 O período pós-constitucional de 1946	89
3.5 Os modernos ditames da Constituição de 1988	90
4. A BUSCA DA VERDADE NA LEGISLAÇÃO DE OUTROS PAÍSES	96
4.1 A pesquisa da verdade no Direito alemão	96
4.2 Anotações sobre a verdade no Direito processual penal italiano .	99
4.3 Aspectos da busca da verdade no Direito francês	100
4.4 A procura da verdade no Direito português	102
5. PROVA E VERDADE	105
5.1 Noções preliminares da prova	105
5.2 Ônus da prova	110
5.3 A utilização da prova como instrumento da verdade	112
6. O JUIZ E A APURAÇÃO DA VERDADE	116
6.1 Problemas que afetam o exercício da função jurisdicional	116
6.2 O juiz e a busca da verdade	120
6.3 A interação do juiz com as provas e as falhas de comunicação	124
6.4 O livre convencimento do juiz	127
6.5 A inquisitorialidade do juiz penal	130
6.6 Poderes instrutórios do juiz penal	135
6.7 A questão do Direito alternativo	140
6.8 A busca da verdade nos processos do Tribunal do Júri	142
6.9 A busca da verdade em superior instância	144
6.10 A busca da verdade nos processos da Justiça Militar	147
7. O MINISTÉRIO PÚBLICO E A PERQUIRICAÇÃO DA VERDADE	151
7.1 A missão do Ministério Público na ação penal	151
7.2 Ministério Público: parte imparcial	152
7.3 Ministério Público e a instrução do processo	157
7.4 A contribuição do assistente da acusação	160

8	LIVRE-ARBÍTRIO DO IMPUTADO	164
8.1	A participação do acusado no processo	164
8.2	Interrogatório e o direito de permanecer calado	165
8.3	Confissão e parcialidade do acusado	169
9	O DEFENSOR E A ARTE DE LIDAR COM A VERDADE	172
9.1	A indispensável intervenção da defesa	172
9.2	O <i>munus</i> que apara a parcialidade do defensor	174
9.3	A participação indevidamente obstada pela lei processual	178
10	A VERDADE DECLARADA PELO OFENDIDO	179
10.1	O ofendido no pólo ativo da ação e sua relação com a verdade	179
10.2	A vítima e a verdade	184
11	O TESTEMUNHO DA VERDADE	190
11.1	O dever de testemunhar a verdade	190
11.2	Compromisso de dizer a verdade	193
11.3	Contato do juiz com a testemunha	195
11.4	Valor da prova testemunhal	197
12	PERITO E O RETRATO DA VERDADE	200
12.1	Necessidade da perícia	200
12.2	Perícia verdadeira	203
12.3	A interpretação e tradução verdadeiras	206
13	SERVIDORES DA JUSTIÇA E O RESPEITO À VERDADE	207
14	POLÍCIA JUDICIÁRIA E A INVESTIGAÇÃO DA VERDADE	209
15	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI E A PESQUISA DA VERDADE	213
16	LIMITAÇÕES AO DESCOBRIMENTO DA VERDADE	216
16.1	Legalidade e liberdade das provas	216
16.2	Provas ilícitas	218
16.3	Direitos e bens invioláveis	219
16.3.1	Intimidade, vida privada, honra e imagem	220
16.3.2	A proteção do domicílio	224
16.3.3	Segredo e sigilo	224

16.3.4	Sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas	225
16.3.5	Sigilo de dados	227
16.3.6	Sigilo das comunicações telefônicas	230
16.3.7	Tutela e difusão do sigilo profissional pelas leis ordinárias	231
16.3.8	Sigilo do juiz de direito e do promotor de justiça	235
16.3.9	Sigilo do advogado	236
16.3.10	Sigilo médico	239
16.3.11	Sigilo do jornalista	243
16.3.12	Sigilo bancário e das instituições financeiras	246
17	OUTRAS CAUSAS QUE INTERFEREM NA BUSCA DA VERDADE	251
17.1	O referencial da acusação deduzida em juízo	251
17.2	Coisa julgada e presunção de verdade	253
17.3	Revisão criminal	255
17.3.1	Revisão <i>pro reo</i>	256
17.3.2	Revisão <i>pro societate</i>	257
17.4	A busca da verdade no Juizado Especial Criminal	260
17.5	Efeitos da suspensão condicional do processo	263
17.6	Suspensão do curso do processo no caso de revelia	264
18	A QUESTÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	267
19	FORMAS DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DA VERDADE	278
19.1	Delação premiada	278
19.2	Assistência a vítimas e testemunhas	283
	CONCLUSÕES	286
	BIBLIOGRAFIA	291
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	303